

A Reconstrução da Política Indigenista no Brasil

Kleber Karipuna¹

Introdução

Pretendo, nesta exposição, trazer uma perspectiva, ou um olhar, sobre o tema das políticas de proteção territorial, com foco principalmente nas terras e nos territórios indígenas. Como o próprio tema do Seminário que deu origem a este livro diz — 120 dias de reconstrução —, falarei, especificamente, dos quatro primeiros meses do ano de 2023, porque possivelmente ainda vamos precisar de muito mais tempo para tentar minimamente reconstruir o que em pouco tempo se tentou destruir, principalmente com foco nesses últimos quatro anos.

Costuma-se falar que construir demora mais tempo que destruir e, de fato, a construção de algumas políticas para a população indígena, principalmente relacionadas à questão territorial, demorou muito tempo. A garantia do direito constitucional firmada na Constituição de 1988, conquistada com muito suor de várias lideranças do Movimento Indígena naquela época, durou muito tempo para se debater e construir. No entanto, principalmente nos últimos anos, vem se tentando destruí-la, como se não tivesse valor nenhum o debate sobre a questão territorial.

¹ Coordenador da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB).

Retomada da demarcação de terras indígenas

Estamos vivendo, hoje, um novo cenário, com um governo que está proporcionando minimamente uma participação popular mais ativa, retomando espaços de controle social, como o próprio Conselho Nacional de Política Indigenista, que logo no começo de 2019, assim como outros espaços de controle social, teve seu funcionamento inviabilizado. Retomamos agora para contribuir neste processo de reconstrução do nosso país, no tocante à reconstrução da política indigenista do Estado brasileiro, que, como falei, sofreu nos últimos anos fortes ataques e várias tentativas de enterrar a política indigenista.

Almejo trazer o debate para um outro viés do que seria a política indigenista ou do que seria a própria política de demarcação das terras indígenas. É preciso lembrar que estão ainda ameaçando pautar no Congresso Nacional a proposta do PL 490 [que institui um Marco Temporal para o reconhecimento de terras indígenas], em uma espécie de afronta aos povos indígenas e aos aliados dos povos indígenas. Isso acontece com frequência, mesmo durante a semana do *Acampamento Terra Livre* (ATL). É um exemplo de que, por um lado, estamos vivendo um momento de reconstrução e de diálogo, um momento muito mais propositivo neste novo cenário, junto com o próprio Poder Executivo atual, o Movimento Indígena, outros parceiros aliados, outros órgãos da administração pública. Mas, por outro, de que teremos muito o que enfrentar e combater ainda ao longo desses anos. Uma das maiores demonstrações de que os povos indígenas e o Movimento Indígena estarão em alerta, atuando e participando fortemente, dando continuidade à luta foi a realização do 19° *Acampamento Terra Livre*, em abril de 2023.

O tema principal do ATL 2023 trouxe para o centro do debate, dentre outras pautas, a questão da demarcação. Sem demarcação não há democracia. Afirmamos que, atualmente, há um pouco mais de esperança em relação às políticas públicas para a sociedade brasileira em geral e, mais especificamente, para os povos indígenas: a retomada da política indigenista,

da política de demarcação dos territórios indígenas. Os debates ao longo da semana culminaram com a sinalização positiva do novo Governo Federal em retomar a política de demarcação das terras indígenas, sinalizando a homologação de seis terras indígenas no âmbito do próprio *Acampamento Terra Livre*, fazendo em quatro meses, 120 dias, o que não foi feito – pelo contrário, que foi tentado destruir – nos últimos quatro anos. Para nós, do Movimento Indígena, isso já é uma sinalização positiva de um debate, de um diálogo, de que podemos avançar nesse novo cenário. Mas, também, que teremos muitos enfrentamentos, não só no âmbito do Poder Legislativo, como eu comentei em relação ao PL 490, mas também no âmbito do próprio Governo Federal, levando em conta toda a composição que se precisou tomar para se formar esse novo governo.

Sabemos das forças que estão ali atuando, inclusive dentro do novo governo, que tentam impedir o avançar dessa retomada da política de demarcação. Contudo, sem sombra de dúvidas, o Movimento Indígena, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), as suas organizações regionais, junto com os nossos parceiros e aliados e as nossas lideranças indígenas, estaremos atentos; inclusive lideranças que hoje estão nos representando dentro do Governo Federal, a exemplo da própria Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), liderada pela Joênia Wapichana, a primeira mulher indígena a assumir a FUNAI.

Nesse sentido, é significativa a criação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI), como efeito dos esforços do Movimento Indígena, que atuou fortemente na equipe de transição do governo para que, dentro do Grupo de Trabalho de povos indígenas, da transição, pudesse ser trazido o alerta sobre as principais questões em relação à política indigenista no geral. Não só a política territorial e ambiental, mas também as de saúde, de educação e outras tantas outras relacionadas à questão indígena.

Esse esforço foi importante para poder trazer para dentro do governo, a partir da criação do MPI, o debate sobre a política indigenista, desde o ponto de vista dos próprios povos indígenas. É claro que sabemos de toda a dificuldade enfrentada neste novo governo não só em relação à questão

orçamentária, mas também à dimensão estrutural dos órgãos. O próprio MPI é um ministério novo, criado recentemente, que está em processo de estruturação, mas já assumindo responsabilidades pautadas pelo próprio Movimento Indígena que devem ser prerrogativas do Ministério.

Da mesma forma, a FUNAI está sendo retomada, mas com uma estrutura também muito sucateada não só da parte física, estrutural, mas também de recursos humanos. Há uma deficiência grande de atuação. Mesmo sabendo desses problemas e tendo consciência do contexto político, esperamos conseguir avançar gradativamente e tentar ajudar o novo governo a reconstruir a política indigenista do Estado Brasileiro.

Garantia da proteção territorial

Para essa retomada, uma resposta central para a proteção dos territórios é a efetivação, de fato, da política de demarcação dos territórios. Isso é fundamental para que as outras políticas consigam chegar, de fato, para os povos indígenas. E existe um déficit gigantesco. A própria ABA, que acompanha e atua em vários desses processos, deve saber que muitos não têm ainda nenhuma sinalização de início. Sem a política de demarcação, sem território demarcado e garantido não tem como pensarmos em debater outras políticas. E a fragilidade dessas políticas decorre de vários anos. Não só esses últimos quatro, seis anos, mas também anos anteriores, inclusive desse próprio governo, que é muito mais propositivo em termos de diálogo, muito mais aliado, mas que também nos trouxe problemas sérios em tempos anteriores, principalmente no que diz respeito à fragilização da política de proteção territorial.

É claro que a situação se agravou muito nos últimos quatro anos. A política do último governo e da gestão anterior da FUNAI era de abertura dos territórios indígenas para a entrada de todo tipo de coisa ruim. Com isso, se fragilizou muito a proteção dos territórios. Vemos agora, por exemplo, o caso Yanomami se repetindo. O que se teve nas décadas de 1970 e 1980 de invasão garimpeira está ocorrendo novamente; muitos garimpeiros

dentro do território, além da atuação do crime organizado e, agora, talvez com uma questão a mais. Naquela época, se tinha garimpeiros atuando na exploração ilegal dentro do território; hoje, há garimpeiros comandados pelo crime organizado e por grandes empresários, por políticos que estão no poder, não apenas entre os Yanomami, mas também em outros territórios, principalmente os que são de fronteira. A fragilização da política de proteção territorial, principalmente nesses últimos quatro anos, possibilitou essa invasão garimpeira e madeireira.

Então, para nós, essa reconstrução que se iniciou no começo de 2023 tem ainda um caminho longo a ser percorrido. Ela pode iniciar por uma retomada da política de demarcação, mas precisamos garantir que esses territórios minimamente sejam protegidos e garantidos para, como diz o texto constitucional, usufruto pleno e exclusivo dos povos indígenas. Então, precisamos avançar ainda mais.

Importante ressaltar que essa não é uma responsabilidade única e exclusiva do Ministério dos Povos Indígenas ou única e exclusiva da Fundação Nacional dos Povos Indígenas, mas envolve outros atores importantes dentro do Estado e dentro do Governo Brasileiro, que precisam estar conscientes. Não basta uma viagem ministerial coletiva para uma terra indígena, com o objetivo de visualizar a situação de como se encontra o território, se depois não forem todas ações concretas internamente e efetivadas por vários órgãos, em conjunto, dentro da estrutura de governo. Sabemos também que somente a atuação do MPI e da FUNAI não será suficiente para essa garantia plena da proteção territorial, das políticas de gestão territorial e ambiental dos territórios indígenas.

É necessário que o discurso do atual Governo Brasileiro sobre a retomada da política indigenista, a importância dos territórios indígenas, a importância da demarcação das terras, a proteção dos territórios, carregado pelo presidente Lula durante toda a campanha, pós-campanha e no início do seu governo, seja internalizado, para que todos os órgãos afins, no âmbito do Governo Federal, consigam contribuir para a retomada efetiva da política de demarcação e também da garantia da proteção territorial.

Como falei, durante o ATL, tivemos uma vitória: a homologação de seis territórios indígenas. Mas como garantir que esses territórios efetivamente sejam disponibilizados para o usufruto exclusivo daqueles povos? E que a proteção territorial seja garantida para se promover uma segurança mínima para os povos indígenas daqueles territórios? Porque pode haver, possivelmente, considerando o crescimento, nos últimos anos, do ódio contra os povos indígenas, lideranças e defensores dos direitos humanos, algum processo de retaliação. Já se pode ver alguns discursos inflamados por políticos, até mesmo do Ex-presidente da República, trazendo em sua fala que é um absurdo retomar a demarcação das terras indígenas.

Há também falas ainda mais incisivas de um parlamentar de Santa Catarina, Estado em que há um caso emblemático: a terra indígena, Ibirama-Laklãnõ, do povo Xokleng, que é o caso de repercussão geral do julgamento do Marco Temporal. Há o caso também da terra indígena Morro dos Cavalos, cujo processo administrativo estava para ser retomado, mas, aparentemente, está judicializado. É a dor do processo administrativo. Ela está apta a ser homologada, mas obviamente essas pressões políticas dos inimigos dos povos indígenas — dentre eles, parlamentares, políticos do Estado e da própria bancada federal, tanto da Câmara como do Senado — podem estar provocando reflexões internas do atual governo sobre a efetiva retomada da política de demarcação.

Estamos dialogando internamente no movimento, tendo como preocupação tentar frisar, em diálogo com o Presidente Lula e seus ministros, a necessidade de avançarmos no processo da retomada da demarcação das terras indígenas, sem necessariamente ter que haver um embate ou mesmo algum recuo por conta de possíveis ações dessa extrema direita que destila o ódio em cima dos territórios. Sem sombra de dúvidas, nós estamos vivendo um cenário positivo, então é fundamental o Movimento Indígena voltar a dialogar com o Governo Federal.

Voltamos a ter espaço de debate e uma participação muito mais efetiva. Diga-se de passagem, um pouco diferente em relação, principalmente, aos governos anteriores do Partido dos Trabalhadores (PT). Hoje, temos

lideranças no governo ajudando nesse processo, com outros órgãos, da efetiva implementação da política indigenista. O desafio é gigantesco e os problemas existem. Nada mudou da água para o vinho após a virada de ano e a mudança de governo, mas creio muito nesse processo de reconstrução. O Movimento Indígena, as organizações indígenas, as lideranças, a APIB e suas organizações regionais estão muito conscientes do cenário que nós temos hoje, tanto no sentido da necessidade da retomada, de todo o debate sobre a política, mas também dos desafios que temos e que o próprio governo tem, principalmente neste primeiro ano, por se trabalhar ainda com uma estrutura e um orçamento ainda do governo anterior.

Os desafios vão além também desses quatro anos deste governo. Precisaremos estar muito conectados e unidos para que consigamos retomar e tentar reconstruir minimamente o que foi tentado destruir e minimamente efetivar e implementar algumas das questões pautadas, sobretudo sobre a política de demarcação e proteção dos territórios. É importante também nos prepararmos para possíveis cenários como esse que vivemos; esperamos nunca mais passar pelo que vivemos nos últimos quatro anos, mas é um cenário possível. A última eleição foi muito polarizada. Só de pensar que quase metade da população brasileira pensa de forma próxima ao antigo mandatário do nosso país... é de se refletir muito para que consigamos traçar estratégias para que esse cenário não se repita e não tenhamos que ver novamente tudo que estamos reconstruindo ser novamente tentado destruir.

Então, penso que teremos que nos debruçar sobre tudo isso. A ABA tem um papel fundamental nesse processo, junto das lideranças indígenas, do Movimento Indígena e outros parceiros aliados, além do próprio Governo Federal atual, para pensarmos como consolidar efetivamente as políticas públicas para essa parte da população brasileira (povos, comunidades tradicionais, quilombolas). Para, também, que não corramos o risco de, futuramente, direitos garantidos na Constituição Federal serem ameaçados a ponto de serem colocados totalmente à revelia. E, por fim, evitar

que um embate político entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário fragilizem ainda mais as políticas públicas para os povos indígenas.

Considerações finais

Eu costumo falar para o Movimento e para as lideranças indígenas que não temos tempo a perder. Não precisamos inventar a roda; já temos propostas construídas, ideias, ações que não tiveram nem tempo de serem implementadas. É o caso da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas, elaborada em uma época em que conseguimos debater por um tempo. Quando chegou o momento de iniciar a implementação, ocorreram todas aquelas coisas a partir de 2015 e 2016, principalmente, e a gente sabe o que aconteceu desde então. O mesmo pode ser dito da Política de Proteção Territorial e Ambiental e da Política de Demarcação das Terras Indígenas.

Já temos elementos e subsídios suficientes para movimentar a roda e conseguir fazer com que, rapidamente, consigamos ajudar nessa reconstrução do nosso país, em especial no tocante à reconstrução da política indigenista, e avançar ao máximo, garantindo, lá na frente, salvaguardas necessárias em termos jurídicos, legais, de políticas mesmo, para que não voltemos a correr o risco de ter a política indigenista praticamente toda esfacelada e sem a devida operação para os povos indígenas, conforme ocorreu nesses últimos quatro anos.

Gostaria, portanto, de finalizar trazendo um pouco dessa reflexão. Na nossa avaliação mais geral, o ATL 2023 trouxe resultados positivos, mas também nos traz muitos desafios internos ao Movimento, principalmente sobre terras indígenas que tinham a perspectiva de serem homologadas e não foram. Como dialogamos nesse cenário para não criar mais problemas internos? Como avançamos também em outras ideias que precisam de grupos de trabalho ainda a serem criados? Como avançamos nesse cenário todo? Ficam ainda essas questões, mas com a certeza de que as mobilizações e os esforços do Movimento Indígena continuam.